

CESPE - Ana MPU/Apoio Técnico Administrativo/Atuarial/2015 (e mais 2 concursos)

A persecução penal se desenvolve em duas fases: uma fase administrativa, de inquérito policial, e uma fase jurisdicional, de ação penal. Assim, nada mais é o inquérito policial que um procedimento administrativo destinado a reunir elementos necessários à apuração da prática de uma infração penal e de sua autoria. Em outras palavras, o inquérito policial é um procedimento policial que tem por finalidade construir um lastro probatório mínimo, ensejando justa causa para que o titular da ação penal possa formar seu convencimento, a *opinio delicti*, e, assim, instaurar ação penal cabível. Nessa linha, percebe-se que o destinatário imediato do inquérito policial é o Ministério Público, nos casos de ação penal pública, e o ofendido, nos casos de ação penal privada.

De acordo com o conceito ora apresentado, para que o titular da ação penal possa, enfim, ajuizá-la, é necessário que haja justa causa. A justa causa, identificada por parte da doutrina como uma condição da ação autônoma, consiste na obrigatoriedade de que existam prova acerca da materialidade delitiva e, ao menos, indícios de autoria, de modo a existir fundada suspeita acerca da prática de um fato de natureza penal. Dessa forma, é imprescindível que haja provas acerca da possível existência de um fato criminoso e indicações razoáveis do sujeito que tenha sido o autor desse fato.

Evidencia-se, portanto, que é justamente na fase do inquérito policial que serão coletadas as informações e as provas que irão formar o convencimento do titular da ação penal, isto é, a *opinio delicti*. É com base nos elementos apurados no inquérito que o promotor de justiça, convencido da existência de justa causa para a ação penal, oferece a denúncia, encerrando a fase administrativa da persecução penal.

Hálinna Regina de Lira Rolim. **A possibilidade de investigação do Ministério Público na fase pré-processual penal**. Artigo científico. Rio de Janeiro: Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, 2010, p. 4. Internet : <[www.emerj.tjrj.jus.br](http://www.emerj.tjrj.jus.br)>. (com adaptações).

**01)** Julgue o item que se segue, a respeito das estruturas linguísticas do texto.

A correção gramatical e a coerência do texto seriam preservadas, caso as formas verbais “possa formar” e “instaurar” fossem substituídas, respectivamente, por **forme e instaure**.

( ) CERTO ( ) ERRADO

CESPE - Tec MPU/Apoio Técnico e Administrativo/Segurança Institucional e Transporte/2015

O Ministério Público é fruto do desenvolvimento do Estado brasileiro e da democracia. A sua história é marcada por processos que culminaram consolidando-o como instituição e ampliando sua área de atuação.

No período colonial, o Brasil foi orientado pelo direito lusitano. Não havia o Ministério Público

como instituição. Mas as Ordenações Manuelinas de 1521 e as Ordenações Filipinas de 1603 já faziam menção aos promotores de justiça, atribuindo-lhes o papel de fiscalizar a lei e de promover a acusação criminal. Existiam ainda o cargo de procurador dos feitos da Coroa (defensor da Coroa) e o de procurador da Fazenda (defensor do fisco).

Só no Império, em 1832, com o Código de Processo Penal do Império, **iniciou-se** a sistematização das ações do Ministério Público. Na República, o Decreto n.º 848/1890, ao criar e regulamentar a justiça federal, dispôs, em um capítulo, sobre a estrutura e as atribuições do Ministério Público no âmbito federal.

Foi na área cível, com a Constituição Federal de 1988, que o Ministério Público adquiriu novas funções, com destaque para a sua atuação na tutela dos interesses difusos e coletivos. Isso deu evidência à instituição, tornando-a uma espécie de ouvidoria da sociedade brasileira.

Internet: <www.mpu.mp.br> (com adaptações).

Com relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto, julgue o item que se segue.

**02)** Caso se substituísse “iniciou-se” por **foi iniciada**, a correção gramatical do período seria prejudicada.

(   ) CERTO   (   ) ERRADO

#### [CESPE - TJ TRE GO/Administrativa/"Sem Especialidade"/2015 \(e mais 1 concurso\)](#)

Em 1880, o deputado Rui Barbosa, da Bahia, redigiu, a pedido do presidente do Conselho de Ministros, José Antônio Saraiva, o projeto de lei de reforma eleitoral. Em abril de 1880, o Ministério do Império **enviaria** o documento à Câmara dos Deputados. Aprovado posteriormente pelo Senado, em janeiro do ano seguinte **seria transformado** no Decreto n.º 3.029 e **ficaria** popularmente conhecido como Lei Saraiva. Por intermédio dela, **seriam instituídas** eleições diretas no país para todos os cargos, à exceção do de regente, amparado pelo Ato Adicional.

Naquela época, o voto não era universal: para participar do processo eleitoral, requeriam-se 200 mil réis de renda líquida anual comprovada. Havia, no entanto, a previsão de dispensa de comprovação de rendimentos, que se aplicava a inúmeras autoridades, como, entre outros, ministros, conselheiros de estado, bispos, presidentes de província, deputados, promotores públicos. Praças militares e policiais não podiam alistar-se.

Para candidatar-se, o cidadão, além de não ter sido pronunciado em processo criminal, deveria auferir renda proporcional à importância do cargo pretendido. Deveria, ainda, solicitar por escrito o seu alistamento na paróquia em que fosse domiciliado. Candidatos a vereador e a juiz de paz tinham apenas de comprovar residência no município e no distrito por mais de dois anos; candidatos a deputado provincial, dois anos na província; candidatos a deputado geral,

renda anual de 800 mil réis; e candidatos a senador deviam comprovar, além da idade de quarenta anos, a percepção de renda anual de um milhão e seiscentos mil réis.

Uma modificação digna de nota é que, a partir daquela década, os trabalhos eleitorais não seriam mais precedidos de cerimônias religiosas, como era habitual antes da edição da Lei Saraiva. Refletindo a relação entre o Estado e a Igreja, já havia ocorrido que algumas eleições fossem realizadas em templos religiosos; a partir da lei, apenas na falta de outros edifícios os pleitos poderiam ser realizados em igrejas, muito embora fosse possível afixar nelas — como locais públicos que eram — editais informando eliminações, inclusões e alterações nos alistamentos.

**Títulos eleitorais: 1881-2008.** Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2009, p. 11-2. Internet: <[www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br)> (com adaptações).

Com relação às estruturas linguísticas do texto, julgue o item seguinte.

**03)** O tempo empregado nas formas verbais “**enviaria**”, “**seria transformado**”, “**ficaria**” e “**seriam instituídas**” dá a entender que as ações correspondentes a essas formas verbais não se concretizaram, de fato, no ano de 1880.

(   ) CERTO   (   ) ERRADO

**CESPE - Ass Adm (FUB)/2015 (e mais 1 concurso)**

Sustentabilidade, crise econômica mundial, mudanças climáticas, escassez de mão de obra, inovação — essas são as palavras-chaves que compõem o vocabulário das mudanças pelas quais passa o mundo e que, inevitavelmente, impõem a cada um de nós a busca por um novo modelo de vida no planeta. Nesse cenário, a educação tem peso de ouro e as universidades passam a assumir um papel fundamental no processo reflexivo da sociedade.

Internet: <[www.techoje.com.br](http://www.techoje.com.br)> (com adaptações).

Julgue o item a seguir, relativo à tipologia e aos aspectos linguísticos do texto acima.

**04)** A flexão do infinitivo em “passam a assumir” (l.3) — **passam a assumirem** — mantém a correção gramatical do texto.

(   ) CERTO   (   ) ERRADO

**CESPE - EAP (DEPEN)/Enfermagem/2015 (e mais 5 concursos)**

## Educação prisional

No Brasil, a educação prisional está garantida por lei. Os mais de 500 mil detentos existentes no país têm direito a salas de aula dentro dos presídios e, a cada doze horas de frequência escolar de qualquer nível (fundamental, médio, profissionalizante ou superior), o preso tem um dia de pena remido. Desde 2012, entre os projetos voltados à recuperação e à reinserção social, está a remição de pena por meio da leitura.

O projeto transforma a leitura em uma extensão da produção de trabalho intelectual, que já caracterizava a remição de pena por dias de estudo. Os detentos têm acesso a mais de cem livros comprados pelo governo e, a partir dessa seleção, eles têm de vinte e um a trinta dias para ler um livro e escrever uma resenha que, se adequada aos parâmetros da lei, como circunscrição ao tema e estética, subtraem quatro dias da pena. Ao todo, os detentos podem remir até quarenta e oito dias apenas com as leituras. Essa possibilidade, **no entanto**, ainda é restrita a penitenciárias federais de segurança máxima.

Após um ano de vigência da lei que regulamentou o projeto, dados coletados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) revelaram os hábitos de leitura nos presídios. Foram feitas 2.272 resenhas, sendo 1.967 aceitas, o que resultou em um total de 7.508 dias remidos. Entre os dez livros mais lidos e resenhados estavam **A Menina que Roubava Livros**, em primeiro lugar, e **O Pequeno Príncipe**, em décimo.

Na visão do coletivo de incentivo cultural **Perifatividade**, o projeto é uma oportunidade de os detentos ampliarem seu universo e perceberem novas dinâmicas de como analisar o mundo, além de ser um incentivo à educação.

*Internet: <[www.revistaeducacao.uol.com.br](http://www.revistaeducacao.uol.com.br)> (com adaptações).*

**05)** A substituição da locução “no entanto” (l.9) por **conquanto** manteria a relação estabelecida entre a última oração do segundo parágrafo e a que a antecede.

(   ) CERTO   (   ) ERRADO

### CESPE - TEFC/Apoio Técnico e Administrativo/Técnica Administrativa/2015

A dimensão “ético-filosófica” do liberalismo denota afirmação de valores e direitos básicos atribuíveis à natureza moral e racional do ser humano. Suas diretrizes se assentam nos princípios da liberdade pessoal, do individualismo, da tolerância, da dignidade e da crença na vida. Já o aspecto “econômico” refere-se, sobretudo, às condições que abrangem a propriedade privada, a economia de mercado, a ausência ou minimização do controle estatal, a livre empresa e a iniciativa privada. Ainda como parte integrante desse referencial, encontram-se os direitos econômicos, representados pelo direito de propriedade, o direito de herança, o direito de acumular riqueza e capital. Por último, a perspectiva “político-jurídica” do liberalismo está calcada em princípios básicos como: consentimento individual, representação política, divisão dos poderes e descentralização administrativa, entre outros.

Tendo presente essas asserções genéricas, podemos compreender melhor as ambiguidades e os limites do liberalismo brasileiro, **porquanto**, desde os primórdios, ele teve de conviver com uma estrutura político-administrativa patrimonialista e com uma dominação econômica escravista das elites agrárias. Emília Viotti da Costa defende que não se deve realçar em demasia a importância das ideias liberais europeias nas convulsões sociais ocorridas no Brasil (Inconfidência Mineira, Revolução Pernambucana etc.) desde fins do século XVIII, pois tais movimentos não chegaram a ter grande alcance ideológico. Para a autora, a nova doutrina era de conhecimento limitado entre determinados segmentos revolucionários. O que importa ter em vista é essa distinção entre o liberalismo europeu, como ideologia revolucionária articulada por novos setores emergentes e forjados na luta contra os privilégios da nobreza, e o liberalismo brasileiro, uma versão mais restrita do liberalismo europeu.

Antonio Wolkmer. **História do direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003, p. 63-4 (com adaptações).

**06)** A respeito das ideias e de aspectos linguísticos do texto, julgue o item que se segue.

A ideia introduzida pela conjunção “porquanto” poderia ser expressa também por **conquanto**.

( ☐ ) CERTO    ( ☐ ) ERRADO

#### **CESPE - Op Cam TV (FUB)/2015 (e mais 3 concursos)**

A sustentabilidade entrou, de forma definitiva, na agenda de debates da sociedade. Um exemplo significativo diz respeito à importância que a sustentabilidade corporativa ganhou nos últimos anos. De conceito vago, tornou-se imperativo para o sucesso das empresas, que precisam, cada vez mais, entregar valor, e não apenas mercadorias, à sociedade.

A sustentabilidade, apesar de intangível, sem existência física, é hoje valor essencial, que se converte em ativo e vantagem competitiva no mundo dos negócios. A sustentabilidade corporativa requer negócios amparados em boas práticas de governança e em benefícios sociais e ambientais, o que influencia os ganhos econômicos, a competitividade e o sucesso das organizações.

O interesse pela sustentabilidade fortalece-se na medida em que a sociedade se dá conta dos limites do modelo de desenvolvimento dependente de recursos não renováveis, no contexto de mudança paulatina dos anseios da sociedade, da busca de segurança energética e de novas possibilidades de produção. Como a população cresce em número e em capacidade de consumo, também aumenta o desejo de que a economia utilize mais recursos de base biológica, recicláveis e renováveis, **logo**, mais sustentáveis — e essa é a base da bioeconomia.

Maurício Antônio Lopes. **O Brasil na bioeconomia**. In: **Correio Braziliense**. Caderno Política, 14/6/2015, p. 13 (com adaptações).

Com relação ao texto, julgue o próximo item.

**07)** O vocábulo “logo”, por indicar conclusão de ideia anterior, poderia ser substituído pela expressão por conseguinte, o que manteria a correção gramatical e a coerência textual.

( ☐ ) CERTO   ( ☐ ) ERRADO

**CESPE - Diplomata/2015**

O subúrbio de S. Geraldo, no ano de 192..., já misturava ao cheiro de estrebaria algum progresso. Quanto mais fábricas se abriam nos arredores, mais o subúrbio se erguia em vida própria, sem que os habitantes pudessem dizer **que transformação os atingia**. Os movimentos já se haviam congestionado e não se poderia atravessar uma rua sem desviar-se de uma carroça que os cavalos vagarosos puxavam, enquanto um automóvel impaciente buzina atrás lançando fumaça. Mesmo os crepúsculos eram agora enfumaçados e sanguinolentos. De manhã, entre os caminhões que pediam passagem para a nova usina, transportando madeira e ferro, as cestas de peixe se espalhavam pela calçada, vindas, através da noite, de centros maiores. Dos sobrados desciam mulheres despenteadas com panelas, os peixes eram pesados quase na mão, enquanto os vendedores em mangas de camisa gritavam os preços. E quando, sobre o alegre movimento da manhã, soprava o vento fresco e perturbador, dir-se-ia que a população inteira se preparava para um embarque.

**08)** Com referência às ideias e às estruturas do texto acima, julgue (C ou E) o item que se segue.

Sem prejuízo para o sentido da oração “que transformação os atingia”, a autora poderia ter optado pelo emprego do artigo a logo após o termo “que”, empregado como conjunção integrante.

( ☐ ) CERTO   ( ☐ ) ERRADO

**CESPE - Tec MPU/Apoio Técnico e Administrativo/Segurança Institucional e Transporte/2015**

O surgimento da Internet remonta à década de 60 do século passado, em um projeto do governo norte-americano no combate à guerra, pelo qual as comunicações intragovernamentais passaram a ser internalizadas, para evitar a publicação de dados relevantes à segurança nacional.

Posteriormente, na década de 70, foi criado o protocolo Internet, que permitiu a comunicação entre os seus poucos usuários até então, uma vez que ela ainda estava restrita aos centros de pesquisa dos Estados Unidos da América.

Na década de 80, foi ampliado o uso da Internet para a forma comercial e, finalmente, na década de 90, a Internet alcançou o seu auge, pois atingiu praticamente todos os meios de comunicação. O histórico dos crimes cibernéticos, por sua vez, remonta à década de 70, quando, pela primeira vez, foi definido o termo *hacker*, como sendo aquele indivíduo **que, dotado de conhecimentos técnicos, promove a invasão de sistemas operacionais privados e a difusão de pragas virtuais.**

Artur Barbosa da Silveira. **Os crimes cibernéticos e a Lei n.º 12.737/2012.** In: Internet: <www.conteudojuridico.com.br> (com adaptações).

**09)** Julgue o item que se segue, acerca das ideias, das estruturas linguísticas e da tipologia do texto.

A oração “que, dotado (...) pragas virtuais” é de natureza restritiva.

( ) CERTO ( ) ERRADO

#### **CESPE - AUFC/Controle Externo/Auditoria Governamental/2015 (e mais 1 concurso)**

No dia 4 de maio de 2015, a Lei Complementar Federal n.º 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal ou simplesmente LRF, completou quinze anos. Embora devamos comemorar a consolidação de uma nova cultura de responsabilidade fiscal por grande parte dos nossos gestores, o momento também é propício para reflexões sobre o futuro desse diploma.

Para a surpresa de muitas pessoas, acostumadas a ver em nosso país tantas leis **que** não saem do papel, a LRF, logo nos primeiros anos, atinge boa parte de seus objetivos, notadamente em relação à observância dos limites da despesa com pessoal, o que permitiu uma descompressão da receita líquida e propiciou maior capacidade de investimento público. O regulamento marca avanços também no controle de gastos em fins de gestão e em relação ao novo papel **que** as leis de diretrizes orçamentárias passaram a desempenhar.

Não obstante todos os avanços, o momento exige cautela e reflexões. Como toda debutante, a LRF passa por alguns importantes conflitos existenciais. É quase consenso, no meio acadêmico e entre os órgãos de controle, a necessidade de seu aperfeiçoamento em alguns pontos. Há que se ponderar, contudo, sobre o melhor momento para os necessários ajustes normativos. Realizar mudanças permanentes na lei por conta de circunstâncias excepcionais e episódicas não parece recomendar o bom senso.

Valdecir Pascoal. **Os 15 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal.** In: **O Estado de S.Paulo**, 5/maio/2015. Internet: <http://politica.estadao.com.br> (com adaptações).

No que se refere às ideias e aos aspectos linguísticos do texto acima, julgue o item.

**10)** Os pronomes relativos “que” e “que”, embora retomem elementos distintos do texto, desempenham a mesma função sintática nos períodos em que ocorrem.

(   ) CERTO   (   ) ERRADO

**CESPE - AUFC/Controle Externo/Auditoria Governamental/2015 (e mais 1 concurso)**

No dia 4 de maio de 2015, a Lei Complementar Federal n.º 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal ou simplesmente LRF, completou quinze anos. Embora devamos comemorar a consolidação de uma nova cultura de responsabilidade fiscal por grande parte dos nossos gestores, o momento também é propício para reflexões sobre o futuro desse diploma.

Para a surpresa de muitas pessoas, acostumadas a ver em nosso país tantas leis que não saem do papel, a LRF, logo nos primeiros anos, atinge boa parte de seus objetivos, notadamente em relação à observância dos limites da despesa com pessoal, o que permitiu uma descompressão da receita líquida e propiciou maior capacidade de investimento público. O regulamento marca avanços também no controle de gastos em fins de gestão e em relação ao novo papel que as leis de diretrizes orçamentárias passaram a desempenhar.

Não obstante todos os avanços, o momento exige cautela e reflexões. Como toda debutante, a LRF passa por alguns importantes conflitos existenciais. É quase consenso, no meio acadêmico e entre os órgãos de controle, a necessidade de seu aperfeiçoamento em alguns pontos. Há que se ponderar, contudo, sobre o melhor momento para os necessários ajustes normativos. **Realizar mudanças permanentes na lei por conta de circunstâncias excepcionais e episódicas** não parece recomendar o bom senso.

Valdecir Pascoal. **Os 15 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal**. In: **O Estado de S.Paulo**, 5/maio/2015. Internet: <<http://politica.estadao.com.br>> (com adaptações).

No que se refere às ideias e aos aspectos linguísticos do texto acima, julgue o item.

**11)** A oração “Realizar mudanças permanentes na lei por conta de circunstâncias excepcionais e episódicas” exerce a função de complemento da forma verbal “recomendar”.

(   ) CERTO   (   ) ERRADO

**CESPE - TJ TRE GO/Administrativa/"Sem Especialidade"/2015**

O Decreto n.º 1 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, primeiro Código Eleitoral pátrio, instituiu a justiça eleitoral no Brasil, com funções contenciosas e administrativas. Eram seus órgãos: um Tribunal Superior (de justiça eleitoral — o decreto não menciona justiça eleitoral), na capital



da República; um tribunal regional, na capital de cada estado, no DF e na sede do governo do território do Acre, além de juízes eleitorais nas comarcas e nos distritos. O Tribunal Superior — de justiça eleitoral — com jurisdição em todo o território nacional, compunha-se de oito membros efetivos e oito substitutos, e era presidido pelo vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). A ele se somavam dois membros efetivos e dois substitutos, sorteados dentre os ministros do STF, além de dois efetivos e dois substitutos, sorteados dentre os desembargadores da Corte de Apelação do DF.

Por fim, integravam a Corte três membros efetivos e quatro substitutos, escolhidos pelo chefe do governo provisório dentre quinze cidadãos, indicados pelo STF, desde que atendessem **aos requisitos de notável saber jurídico e idoneidade moral**. Dentre seus membros, elegia o Tribunal Superior, em escrutínio secreto, por meio de cédulas com o nome do juiz e a designação do cargo, um vice-presidente e um procurador para exercer as funções do Ministério Público, tendo este último a denominação de procurador-geral da justiça eleitoral. Em relação a esse cargo, nota-se uma peculiaridade, à época da criação do Tribunal Superior: o procurador-geral da justiça eleitoral não era o procurador-geral da República, mas sim um membro do próprio tribunal.

**As formas de composição do TSE: de 1932 aos dias atuais.** Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2008, p. 11. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações).

**12)** Com referência às estruturas linguísticas do texto, julgue o item a seguir.

Se a preposição **a** presente na contração “aos” fosse suprimida, a função sintática da expressão “requisitos de notável saber jurídico e idoneidade moral” seria alterada, mas a correção gramatical do texto seria mantida.

( ) CERTO ( ) ERRADO

#### **CESPE - Aud Gov (CGE PI)/Geral/2015 (e mais 2 concursos)**

Talvez o distinto leitor ou a irresistível leitora sejam naturais, caso em que me apresso a esclarecer que nada tenho contra os naturais, antes pelo contrário. Na verdade, alguns dos meus melhores amigos são naturais. Como, por exemplo, o festejadíssimo cineasta patricio Geraldo Sarno, que é baiano e é natural — pois neste mundo as combinações mais loucas são possíveis. Certa feita, estava eu a trabalhar em sua ilustre companhia quando ele me convidou para almoçar (os cineastas, tradicionalmente, têm bastante mais dinheiro do que os escritores; deve ser porque se queixam muito melhor). Aceito o convite, **ele me leva a um restaurante que, apesar de simpático, me pareceu um pouco estranho**. Por que a maior parte das pessoas comia com ar religioso e contrito? Que prato seria aquele que, olhos revirados para cima, mastigação estoica, e expressão de quem cumpria dever penosíssimo, um casal comia, entre goles de uma substância esverdeada e viscosa que lentamente se decantava — para grande prejuízo de sua já emética aparência — numa jarra suspeitosa? Logo fui esclarecido, quando meu companheiro e anfitrião, os olhos cintilantes e arregalados, me anunciou:

— Surpresa! Vais comer um almoço natural!

João Ubaldo Ribeiro. *A vida natural*. In: *Arte e ciência de roubar galinha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

**13)** Acerca das ideias e das estruturas linguísticas do texto I, julgue o item a seguir.

No trecho “ele me leva a um restaurante que, apesar de simpático, me pareceu um pouco estranho” (l. 5 e 6), o elemento “que” introduz oração de natureza restritiva, intercalada por estrutura de valor adverbial.

( ) CERTO ( ) ERRADO

**CESPE - Tec (FUB)/Laboratório/Biologia/2015 (e mais 9 concursos)**

O preconceito linguístico é um equívoco, e tão nocivo quanto os outros. Segundo Marcos Bagno, **especialista no assunto**, dizer que o brasileiro não sabe português é um dos mitos que compõem o preconceito mais presente na cultura brasileira: **o linguístico**”.

A redação acima poderia ter sido extraída do editorial de uma revista, mas é parte do texto **O oxente e o ok, primeiro lugar na categoria opinião da 4.ª Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro**, realizada pelo Ministério da Educação em parceria com a Fundação Itaú Social e o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC).

A autora do artigo é estudante do 2.º ano do ensino médio em uma escola estadual do Ceará, e foi premiada ao lado de outros dezenove alunos de escolas públicas brasileiras, durante um evento em Brasília, no último mês de dezembro. Como nos três anos anteriores, vinte alunos foram vencedores — cinco em cada gênero trabalhado pelo projeto. Além de opinião (2.º e 3.º anos do ensino médio), a olimpíada destacou produções em crônica (9.º ano do ensino fundamental), poema (5.º e 6.º anos) e memória (7.º e 8.º anos). Tudo regido por um só tema: “O lugar em que vivo”.

*Língua Portuguesa, 1/2015. Internet: <www.revistalingua.uol.com.br> (com adaptações).*

**14)** No que se refere aos sentidos, à estrutura textual e aos aspectos gramaticais do texto, julgue o item a seguir.

Os trechos ‘especialista no assunto’ (l. 1), ‘o linguístico’ (l.2) e “primeiro lugar na categoria opinião da 4.ª Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro” (l. 3 a 4) exercem a mesma função sintática, a de aposto.

( ) CERTO ( ) ERRADO

## CESPE - Diplomata/2015

Nestes quatrocentos anos de colonização literária, recebemos a influência de muitos países. Sempre tentamos reproduzir, com todas as minudências, a língua, as ideias, a vida de outras terras. Não sei donde vem esse medo que temos de sermos nós mesmos. Queremos que nos tomem por outros.

(...)

Na literatura de ficção é que a falta de caráter dos brasileiros se revelou **escandalosamente**. Em geral, os nossos escritores mostraram uma admirável ignorância das coisas que estavam perto deles. Tivemos caboclos brutos semelhantes aos heróis cristãos e bem-falantes em excesso. Os patriotas do século passado, em vez de estudar os índios, estudaram tupi nos livros e leram Walter Scott. Tivemos *damas das camélias* em segunda mão. Tivemos paisagens inúteis em linguagem campanuda, pores do sol difíceis, queimadas enormes, secas cheias de adjetivos. José Veríssimo construiu um candeeiro em não sei quantas páginas.

Muito pouco — rios, poentes cor de sangue, incêndios, candeeiros.

Os ficcionistas indígenas engancharam-se regularmente na pintura dos caracteres. Não mostraram os personagens por dentro: apresentaram o exterior deles, os olhos, os cabelos, os sapatos, o número de botões. Insistiram em pormenores desnecessários, e as figuras ficaram paradas.

Os diálogos antigos eram uma lástima. Em certos romances, os indivíduos emudeciam, em outros, falavam **bonito** demais, empregavam linguagem de discurso. Dois estrangeiros, perdidos nas brenhas, discutiam política, sociologia, trapalhadas com pedantismo horrível, que se estiravam por muitas dezenas de folhas. Via-se perfeitamente que o autor nunca tinha ouvido nada semelhante ao palavrório dos seus homens.

Felizmente, vamo-nos afastando dessa absurda contrafação de literaturas estranhas. Os romancistas atuais compreenderam que, para a execução de obra razoável, não bastam retalhos de coisas velhas e novas importadas da França, da Inglaterra e da Rússia.

(...)

O que é certo é que o romance do Nordeste existe e vai para diante. As livrarias estão cheias de nomes novos. Não é razoável pensarmos que toda essa gente escreva porque um dia o Sr. José Américo publicou um livro que foi notado com espanto no Rio:

— Um romance do Nordeste! Que coisa extraordinária!

Graciliano Ramos. In: Thiago Mio Salla (Org.). **Garranchos/Graciliano Ramos**. Rio de Janeiro: Record, 2012, p. 138-9 (com adaptações).

Julgue (C ou E) o próximo item, relativo a aspectos gramaticais do texto de Graciliano Ramos.

**15)** Os termos “escandalosamente” e “bonito” exercem, nas orações a que pertencem, a mesma função sintática.

( ) CERTO ( ) ERRADO

**CESPE - Cont (FUB)/2015 (e mais 6 concursos)**

Um estudo da Universidade da Califórnia, em Davis – EUA, mostra que a curiosidade é importante no aprendizado. Imagens dos cérebros de universitários revelaram que ela estimula a atividade cerebral do hormônio dopamina, que parece fortalecer a memória das pessoas. A dopamina está ligada à sensação de recompensa, o que sugere que a curiosidade estimula os mesmos circuitos neurais ativados por uma guloseima ou uma droga. Na média, os alunos testados deram 35 respostas corretas a 50 perguntas acerca de temas que os deixavam curiosos e 27 de 50 questões sobre assuntos **que não os atraíam**. Estimular a curiosidade ajuda a aprender.

*Planeta, dez/2014, p. 14 (com adaptações).*

A respeito das ideias e das estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item subsecutivo.

**16)** Em um uso mais formal da língua, as regras de colocação pronominal do padrão culto permitem que o pronome átono em “que não os atraíam” (l.5) seja também utilizado depois do verbo, sob a forma de **nos**, ligada ao verbo por um hífen.

( ) CERTO ( ) ERRADO

O fator mais importante para prever a *performance* de um grupo é a igualdade da participação na conversa. **Grupos em que poucas pessoas dominam o diálogo têm desempenho pior do que aqueles em que há mais troca.** O segundo fator mais importante é a inteligência social dos seus membros, medida pela capacidade que eles têm de ler os sinais emitidos pelos outros membros do grupo. As mulheres têm mais inteligência social que os homens, por isso grupos mais diversificados têm desempenho melhor.

*Gustavo Loschpe. Veja, 31/12/2014, p. 33 (com adaptações).*

Julgue o item seguinte, referente às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima.

**17)** Na linha 2, a supressão do termo “em” manteria a correção gramatical e o sentido original do período.

( ) CERTO ( ) ERRADO

**CESPE - Ana MPU/Apoio Técnico Administrativo/Atuarial/2015 (e mais 2 concursos)**

Na organização do poder político no Estado moderno, à luz da tradição iluminista, o direito tem por função a preservação da liberdade humana, de maneira a coibir a desordem do estado de natureza, que, em virtude do risco da dominação dos mais fracos pelos mais fortes, exige a existência de um poder institucional. Mas a conquista da liberdade humana também reclama a distribuição do poder em ramos diversos, com a disposição de meios que assegurem o controle recíproco entre eles para o advento de um cenário de equilíbrio e harmonia nas sociedades estatais. A concentração do poder em um só órgão ou pessoa viria sempre em detrimento do exercício da liberdade. É que, como observou Montesquieu, “todo homem que tem poder tende a abusar dele; ele vai até onde encontra limites. Para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder limite o poder”.

Até Montesquieu, não eram identificadas com clareza as esferas de abrangência dos poderes políticos: “só se concebia sua união nas mãos de um só ou, então, sua separação; ninguém se arriscava a apresentar, sob a forma de sistema coerente, as consequências de conceitos diversos”. Pensador francês do século XVIII, Montesquieu situa-se entre o racionalismo cartesiano e o empirismo de origem baconiana, não abandonando o rigor das certezas matemáticas em suas certezas morais. Porém, refugindo às especulações metafísicas que, no plano da idealidade, serviram aos filósofos do pacto social para a explicação dos fundamentos do Estado ou da sociedade civil, ele procurou ingressar no terreno dos fatos.

Fernanda Leão de Almeida. **A garantia institucional do Ministério Público em função da proteção dos direitos humanos**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2010, p. 18-9. Internet: <www.teses.usp.br> (com adaptações).

**18)** Julgue o item subsequente, relativo às estruturas linguísticas do texto.

O emprego do sinal indicativo de crase em “à luz da tradição iluminista” é facultativo, ou seja, a sua retirada não prejudicaria a correção gramatical nem o sentido original do texto.

( ) CERTO ( ) ERRADO

**CESPE - Aud Gov (CGE PI)/Geral/2015 (e mais 2 concursos)**

**Texto II**

Uma casa tem muita vez as suas relíquias, lembranças de um dia ou de outro, da tristeza que passou, da felicidade que se perdeu. Supõe que o dono pense em as arejar e expor para teu e meu desenfado. Nem todas serão interessantes, não raras serão aborrecidas, mas, se o dono tiver cuidado, pode extrair uma dúzia delas que mereçam sair cá fora.

Chama-lhe à minha vida uma casa, dá o nome de relíquias aos inéditos e impressos que aqui vão, ideias, histórias, críticas, diálogos, e verás explicados o livro e o título. Possivelmente não terão a mesma suposta fortuna daquela dúzia de outras, nem todas valerão a pena de sair cá fora. Depende da tua impressão, leitor amigo, como dependerá de ti a absolvição da má escolha.

Machado de Assis. **Advertência**. In: **Relíquias da casa velha**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.

Julgue o item que se segue, relativo às estruturas linguísticas e aos sentidos do texto II.

**19)** No trecho “Chama-lhe à minha vida uma casa” (l.4), é facultativo o emprego do sinal indicativo de crase.

( ) CERTO ( ) ERRADO

**CESPE - Ass Adm (FUB)/2015 (e mais 1 concurso)**

Por não estar limitada pelas injunções do mercado é que a universidade pública pode cumprir o seu papel histórico e social de produção e disseminação do conhecimento. Pode também manter com a cultura uma relação intrínseca que se manifesta numa possibilidade de reflexão alheia aos moldes do compromisso imediatamente definido pelas pressões de demanda e de consumo. As universidades públicas que atingiram altos padrões de ensino e pesquisa foram aquelas que optaram pela valorização da dedicação exclusiva e da pesquisa básica, isto é, exatamente aquelas que mantêm, em meio a todas as dificuldades, um grau elevado de independência em relação às injunções imediatas do mercado.

**20)** O acento indicativo de crase em “às injunções” (l.5 e 6) justifica-se pela regência de “independência” (l.5), que exige complemento regido pela preposição “a”, e pela presença de artigo definido feminino plural antes de “injunções”.

( ) CERTO ( ) ERRADO

**CESPE - EAP (DEPEN)/Enfermagem/2015 (e mais 5 concursos)**

**Educação prisional**

No Brasil, a educação prisional está garantida por lei. Os mais de 500 mil detentos existentes no país têm direito a salas de aula dentro dos presídios e, a cada doze horas de frequência escolar de qualquer nível (fundamental, médio, profissionalizante ou superior), o preso tem um dia de pena remido. Desde 2012, entre os projetos voltados à recuperação e à reinserção social, está a remição de pena por meio da leitura.

O projeto transforma a leitura em uma extensão da produção de trabalho intelectual, que já caracterizava a remição de pena por dias de estudo. Os detentos têm acesso a mais de cem livros comprados pelo governo e, a partir dessa seleção, eles têm de vinte e um a trinta dias para ler um livro e escrever uma resenha que, se adequada aos parâmetros da lei, como circunscrição ao tema e estética, subtraem quatro dias da pena. Ao todo, os detentos podem remir até quarenta e oito dias apenas com as leituras. Essa possibilidade, no entanto, ainda é restrita a penitenciárias federais de segurança máxima.

Após um ano de vigência da lei que regulamentou o projeto, dados coletados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) revelaram os hábitos de leitura nos presídios. Foram feitas 2.272 resenhas, sendo 1.967 aceitas, o que resultou em um total de 7.508 dias remidos. Entre os dez livros mais lidos e resenhados estavam **A Menina que Roubava Livros**, em primeiro lugar, e **O Pequeno Príncipe**, em décimo.

Na visão do coletivo de incentivo cultural **Perifatividade**, o projeto é uma oportunidade de os detentos ampliarem seu universo e perceberem novas dinâmicas de como analisar o mundo, além de ser um incentivo à educação.

*Internet: <[www.revistaeducacao.uol.com.br](http://www.revistaeducacao.uol.com.br)> (com adaptações).*

No que diz respeito aos aspectos linguísticos do texto **Educação prisional**, julgue o seguinte item.

**21)** Sem prejuízo para a correção gramatical do texto, o sinal indicativo de crase poderia ser eliminado em ambas as ocorrências no trecho “voltados à recuperação e à reinserção social” (l. 3).

( ) CERTO ( ) ERRADO

#### **CESPE - Op Cam TV (FUB)/2015 (e mais 3 concursos)**

Constitui alento a informação de que sete universidades brasileiras figuram entre as doze melhores da América Latina. Duas ocupam o pódio: em primeiro lugar, está a Universidade de São Paulo (USP); em segundo, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A Universidade de Brasília (UnB) ocupa a décima posição, seguida pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Elaborada pela Quacquarelli Symonds (QS), entre 400 instituições, a pesquisa leva em consideração sete critérios, dois dos quais têm peso maior: reputação acadêmica e reconhecimento no mercado de trabalho. Os demais — relação entre número de funcionários e alunos, citações na Internet, volume de informações na Web, professores com doutorado e presença *online* — têm peso igual na ponderação.

O levantamento mostra significativo avanço da UnB. No ano passado, a instituição brasileira aparecia na 17.<sup>a</sup> posição. O salto qualitativo deve-se a três fatores: o corpo docente, o impacto na Internet e a reputação acadêmica. Chama atenção a baixa pontuação no parâmetro citações na Internet, que tem custado alto preço às universidades brasileiras. De zero a cem, a UnB ficou com 44,6.

Ser objeto de referência, seja na Web, seja em publicações científicas, constitui fator importante em avaliações globais.

Ana Dubeux. **Universidade além da fronteira regional**. In: **Correio Braziliense**. Caderno Economia, 14/6/2015, p. 12 (com adaptações).

A respeito das ideias e das estruturas linguísticas do texto, julgue o item subsequente.

**22)** Na linha 1, é facultativo o emprego de sinal indicativo de crase no “a” que antecede “informação”, devido à regência nominal do vocábulo “alento”.

(   ) CERTO   (   ) ERRADO

[CESPE - Adm \(FUB\)/2015 \(e mais 26 concursos\)](#)

Anísio Spínola Teixeira nasceu no dia 12 de julho de 1900, em Caetité – BA, onde passou os primeiros anos de vida sob os cuidados da mãe, Anna Spínola Teixeira.

O pai, Deocleciano Pires Teixeira, sonhava que o filho fosse político e o mandou estudar no Rio de Janeiro. Anísio diplomou-se na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1922.

Como educador, Teixeira viajou para a Europa e os Estados Unidos da América para observar os sistemas escolares. No Brasil, defendeu o conceito de escola única, pública e gratuita como forma de garantir a democracia e foi o primeiro a tratar a educação com base filosófica.

Instituiu na Bahia, em 1950, a primeira escola-parque, que procurava oferecer à **criança** uma escola integral, que cuidasse da alimentação, da higiene, da socialização, além do preparo para o trabalho. Nas escolas-parques, os alunos ainda tinham contato com as artes plásticas.



Naquela época, essas aulas eram orientadas por profissionais de renome, como Caribé e Mário Cravo.

Sempre brigou pela democracia na educação. Publicou vários livros defendendo a educação e a cultura para todos. Foi um dos fundadores da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Universidade de Brasília (UnB), da qual foi reitor em 1963.

Candidatou-se à **Academia Brasileira de Letras**, em 1971, mas faleceu antes da eleição, ao cair no poço do elevador de seu prédio, em 11 de março de 1971, quando saía para visitar Aurélio Buarque de Holanda.

*Internet: <www.unb.br> (com adaptações).*

**23)** O emprego do acento indicativo de crase em “Candidatou-se à Academia Brasileira de Letras” (l.12) é obrigatório, devido à fusão da preposição que segue a forma verbal com o artigo definido feminino singular que precede o termo “Academia”.

( ) CERTO ( ) ERRADO

**24)** Em “à criança” (l.7), caso o vocábulo “criança” fosse empregado no plural, o acento indicativo de crase deveria ser mantido.

( ) CERTO ( ) ERRADO

#### CESPE - Diplomata/2015

Celso Cunha tinha, na minha geração literária, a posição que, na geração anterior à nossa, coube a Souza da Silveira. Ou seja: a do mestre que, conhecendo profundamente a língua portuguesa, nas suas minúcias e no seu conjunto, associou a esse saber admirável a sensibilidade de quem nascera para apreciá-la na condição de obra de arte.

Antes do mestre das **Lições de Português**, tivéramos aqui as sucessivas gerações dos professores que se consideravam exímios na colocação dos pronomes, na guerra sistemática aos galicismos, na sujeição aos modelos clássicos, e, com isto, impunham mais o terror gramatical que o saber verdadeiro.

Houve quem passasse a escrever registo, em vez de registro, e perguntar, em vez de perguntar, porque assim se escrevia em Portugal. Já ao tempo de José de Alencar, um publicista ríspido, José Feliciano de Castilho, viera de Lisboa para o Rio de Janeiro, com a missão de ensinar-nos a escrever como se escrevia em Portugal. Daí a reação do romancista cearense no prefácio de seus **Sonhos d'Ouro**, em 1872: “Censurem, piquem, ou calem-se,

como lhes aprouver. Não alcançarão jamais que eu escreva, neste meu Brasil, coisa que pareça vinda em conserva lá da outra banda, como a fruta que nos mandam em lata.”

Josué Montello. **Mestre Celso Cunha**. In: Cilene da Cunha Pereira, Paulo Roberto Dias Pereira (Orgs.). **Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 57-8 (com adaptações).

**25)** Com relação a aspectos gramaticais do texto acima, julgue (**C** ou **E**) o próximo item.

Em razão do arranjo sintático na expressão “na geração anterior à nossa”, torna-se obrigatório o emprego do sinal indicativo de crase, apesar de esta preceder um pronome possessivo.

( ☐ ) CERTO    ( ☐ ) ERRADO

#### [CESPE - AJ TRE GO/Administrativa/2015 \(e mais 1 concurso\)](#)

##### **Texto I**

Os primeiros anos que se seguiram à Proclamação da República foram de grandes incertezas quanto aos trilhos que a nova forma de governo deveria seguir. Em uma rápida olhada, identificam-se dois grupos que defendiam diferentes formas de se exercer o poder da República: os civis e os militares. Os civis, representados pelas elites das principais províncias — São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul —, queriam uma república federativa que desse muita autonomia às unidades regionais. Os militares, por outro lado, defendiam um Poder Executivo forte e se opunham à autonomia buscada pelos civis. Isso sem mencionar as acirradas disputas internas de cada grupo. Esse era um quadro que demonstrava a grande instabilidade sentida pelos cidadãos que viveram naqueles anos. Mas havia cidadãos?

Formalmente, a Constituição de 1891 definia como cidadãos os brasileiros natos e, em regra, os naturalizados. Podiam votar os cidadãos com mais de vinte e um anos de idade que tivessem se alistado conforme determinação legal. Mas o que, exatamente, significava isso? Em 1894, na primeira eleição para presidente da República, votaram 2,2% da população. Tudo indica que, apesar de a República ter abolido o critério censitário e adotado o voto direto, a participação popular continuou sendo muito baixa em virtude, principalmente, da proibição do voto dos analfabetos e das mulheres.

No que se refere à legislação eleitoral, alguns instrumentos legais vieram a público, mas nenhum deles alterou profundamente o processo eleitoral da época. As principais alterações promovidas na legislação contemplaram o fim do voto censitário e a manutenção do voto direto. Essas modificações, embora importantes, tiveram pouca repercussão prática, já que o voto ainda era restrito — analfabetos e mulheres não votavam — e o processo eleitoral continuava permeado por toda sorte de fraudes.

Ane Ferrari Ramos Cajado, Thiago Dornelles e Amanda Camylla Pereira. **Eleições no Brasil: uma história de 500 anos**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014, p. 27-8. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações).

Julgue o item que se segue, acerca das estruturas linguísticas do texto I.

**26)** O trecho “votaram 2,2% da população” (l. 10) poderia, sem prejuízo gramatical ou de sentido para o texto, ser reescrito da seguinte forma: 2,2% da população votou.

( ) CERTO ( ) ERRADO

**CESPE - Ana MPU/Apoio Técnico Administrativo/Atuarial/2015 (e mais 2 concursos)**

A persecução penal se desenvolve em duas fases: uma fase administrativa, de inquérito policial, e uma fase jurisdicional, de ação penal. Assim, nada mais é o inquérito policial que um procedimento administrativo destinado a reunir elementos necessários à apuração da prática de uma infração penal e de sua autoria. Em outras palavras, o inquérito policial é um procedimento policial que tem por finalidade construir um lastro probatório mínimo, ensejando justa causa para que o titular da ação penal possa formar seu convencimento, a *opinio delicti*, e, assim, instaurar a ação penal cabível. Nessa linha, percebe-se que o destinatário imediato do inquérito policial é o Ministério Público, nos casos de ação penal pública, e o ofendido, nos casos de ação penal privada.

De acordo com o conceito ora apresentado, para que o titular da ação penal possa, enfim, ajuizá-la, é necessário que haja justa causa. A justa causa, identificada por parte da doutrina como uma condição da ação autônoma, consiste na obrigatoriedade de que existam prova acerca da materialidade delitiva e, ao menos, indícios de autoria, de modo a existir fundada suspeita acerca da prática de um fato de natureza penal. Dessa forma, é imprescindível que haja provas acerca da possível existência de um fato criminoso e indicações razoáveis do sujeito que tenha sido o autor desse fato.

Evidencia-se, portanto, que é justamente na fase do inquérito policial que serão coletadas as informações e as provas que irão formar o convencimento do titular da ação penal, isto é, a *opinio delicti*. É com base nos elementos apurados no inquérito que o promotor de justiça, convencido da existência de justa causa para a ação penal, oferece a denúncia, encerrando a fase administrativa da persecução penal.

Hálinna Regina de Lira Rolim. **A possibilidade de investigação do Ministério Público na fase pré-processual penal**. Artigo científico. Rio de Janeiro: Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, 2010, p. 4. Internet : <www.emerj.tjrj.jus.br>. (com adaptações).

**27)** Julgue o item que se segue, a respeito das estruturas linguísticas do texto.

O sentido original do texto e a sua correção gramatical seriam mantidos, se o período “Dessa forma, (...) o autor desse fato” fosse reescrito do seguinte modo: Assim, é imperioso que exista provas acerca da possível existência de um fato criminoso e indicações sólidas de quem tenha sido o autor desse fato.

( ) CERTO ( ) ERRADO

**CESPE - Aud Gov (CGE PI)/Geral/2015 (e mais 2 concursos)**

Talvez o distinto leitor ou a irresistível leitora sejam naturais, caso em que me apresso a esclarecer que nada tenho contra os naturais, antes pelo contrário. Na verdade, alguns dos meus melhores amigos são naturais. Como, por exemplo, o festejadíssimo cineasta patricio Geraldo Sarno, que é baiano e é natural — pois neste mundo as combinações mais loucas são possíveis. Certa feita, estava eu a trabalhar em sua ilustre companhia quando ele me convidou para almoçar (os cineastas, tradicionalmente, têm bastante mais dinheiro do que os escritores; deve ser porque se queixam muito melhor). Aceito o convite, ele me leva a um restaurante que, apesar de simpático, me pareceu um pouco estranho. Por que a maior parte das pessoas comia com ar religioso e contrito? Que prato seria aquele que, olhos revirados para cima, mastigação estoica, e expressão de quem cumpria dever penosíssimo, um casal comia, entre goles de uma substância esverdeada e viscosa que lentamente se decantava — para grande prejuízo de sua já emética aparência — numa jarra suspeitosa? Logo fui esclarecido, quando meu companheiro e anfitrião, os olhos cintilantes e arregalados, me anunciou:

— Surpresa! Vais comer um almoço natural!

*João Ubaldo Ribeiro. A vida natural. In: Arte e ciência de roubar galinha. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.*

**28)** Acerca das ideias e das estruturas linguísticas do texto I, julgue o item a seguir.

Sem prejuízo para a correção gramatical do texto, a forma verbal “comia” (l.6) poderia ser flexionada no plural.

( ) CERTO ( ) ERRADO

**CESPE - Cont (FUB)/2015 (e mais 6 concursos)**

Neste ano, em especial, alguns cargos que tradicionalmente já são valorizados devem ficar ainda mais requisitados. São promissores cargos ligados à ciência de dados, em especial ao *big data* e aos dispositivos móveis, como celulares e *tablets*. Os novos profissionais da área de

tecnologia ganham relevância pela capacidade de aprofundar a análise de informações e pela criação de estratégias dentro de empresas. A tendência é que, à medida que esse mercado se desenvolva no Brasil, aumentem as oportunidades nos próximos anos. Em momentos de incerteza econômica, **buscar soluções para aumentar a produtividade é uma escolha certa para sobreviver e prosperar**: nesse sentido, as empresas brasileiras estão fazendo o dever de casa.

*Veja, 7/1/2015, p. 55 (com adaptações).*

**29)** Na linha 5, para a construção de sentidos do texto, a forma verbal “é” está flexionada no singular para concordar com o núcleo do sujeito, “produtividade”.

( ) CERTO ( ) ERRADO

#### CESPE - Ass Adm (FUB)/2015

De acordo com pesquisas realizadas em vários países, inclusive no Brasil, especialistas em recursos humanos identificaram os atributos que um funcionário, ou candidato a emprego, deve ter para agradar os superiores e ter sucesso em sua carreira profissional. **Excelência na escrita e na expressão verbal é obrigatório**. Saber se comunicar de forma clara e precisa, tanto na modalidade escrita quanto na falada, faz toda a diferença. Ser capaz de redigir corretamente relatórios e textos é um atributo valorizado pelos empregadores. Hoje em dia, saber lidar com os computadores também é um item essencial. Na maioria das empresas, saber usar um processador de textos, acessar a Internet, enviar e receber *emails*, operar acessórios eletrônicos inteligentes, são pré-requisitos necessários tanto para contratação quanto para permanência no cargo, e, naturalmente, para eventuais promoções.

*Alberto Grimm. Internet: <www.mundosimples.com.br> (com adaptações).*

No que se refere à tipologia textual e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item.

**30)** A forma verbal “é” (l.3) está no singular porque concorda com “expressão verbal” (l. 3).

( ) CERTO ( ) ERRADO

#### CESPE - AUFC/Controle Externo/Auditoria Governamental/2015 (e mais 1 concurso)

Com os avanços das tecnologias informáticas, atividades como ir ao banco, assistir a filmes, fazer compras, acompanhar processos judiciais, estudar a distância e solicitar serviços **passaram** a ser realizadas até mesmo a partir de um simples *smartphone*. A tecnologia alterou a noção de tempo, distância e espaço e produziu grandes impactos que afetam a forma com que cada um se relaciona, trabalha, produz, se comunica e se diverte. Não é à toa que, paralelamente ao mundo real, há um mundo representado virtualmente — o denominado

ciberespaço — com código e linguagem **próprios**, mas que se inter-relaciona — e muito — com o mundo real. Hoje, essa relação de interdependência entre os mundos real e virtual é tão forte que se torna difícil pensar na existência de um sem o outro. A administração pública também está cada vez mais imersa nesse mundo. Tanto que o uso da tecnologia tem permitido a expansão e a melhoria dos serviços oferecidos à sociedade e alterado a forma como o governo trabalha e se relaciona com o público.

**Inovação tecnológica, dados abertos e big data: um novo momento para o exercício do controle social.** In: **Revista do Tribunal de Contas da União**, ano 46, n.º 131, set.–dez./2014, p. 9. Internet: <<http://portal2.tcu.gov.br>>(com adaptações).

Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item a seguir.

**31)** Tanto a forma verbal “passaram” quanto o adjetivo “próprios” estão flexionados no plural por concordar com termos compostos, ou seja, termos com mais de um núcleo.

( ) CERTO ( ) ERRADO

#### [CESPE - AJ TRE GO/Administrativa/2015 \(e mais 1 concurso\)](#)

##### **Texto I**

Os primeiros anos que se seguiram à Proclamação da República foram de grandes incertezas quanto aos trilhos que a nova forma de governo deveria seguir. Em uma rápida olhada, identificam-se dois grupos que defendiam diferentes formas de se exercer o poder da República: os civis e os militares. Os civis, **representados pelas elites das principais províncias — São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul —**, queriam uma república federativa que desse muita autonomia às unidades regionais. Os militares, por outro lado, defendiam um Poder Executivo forte e se opunham à autonomia buscada pelos civis. Isso sem mencionar as acirradas disputas internas de cada grupo. Esse era um quadro que demonstrava a grande instabilidade sentida pelos cidadãos que viveram naqueles anos. Mas havia cidadãos?

Formalmente, a Constituição de 1891 definia como cidadãos os brasileiros natos e, em regra, os naturalizados. Podiam votar os cidadãos com mais de vinte e um anos de idade que tivessem se alistado conforme determinação legal. Mas o que, exatamente, significava isso? Em 1894, na primeira eleição para presidente da República, votaram 2,2% da população. Tudo indica que, apesar de a República ter abolido o critério censitário e adotado o voto direto, a participação popular continuou sendo muito baixa em virtude, principalmente, da proibição do voto dos analfabetos e das mulheres.

No que se refere à legislação eleitoral, alguns instrumentos legais vieram a público, mas nenhum deles alterou profundamente o processo eleitoral da época. As principais alterações promovidas na legislação contemplaram o fim do voto censitário e a manutenção do voto

direto. Essas modificações, embora importantes, tiveram pouca repercussão prática, já que o voto ainda era restrito — analfabetos e mulheres não votavam — e o processo eleitoral continuava permeado por toda sorte de fraudes.

*Ane Ferrari Ramos Cajado, Thiago Dornelles e Amanda Camylla Pereira. **Eleições no Brasil: uma história de 500 anos**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014, p. 27-8. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações).*

Julgue o item que se segue, acerca das estruturas linguísticas do texto I.

**32)** Caso as vírgulas que isolam o trecho “representados (...) do Sul —” (l. de 3 a 4) fossem suprimidas, a correção gramatical do texto seria mantida, mas o seu sentido original seria alterado.

( ) CERTO    ( ) ERRADO

#### CESPE - TJ TRE GO/Administrativa/"Sem Especialidade"/2015 (e mais 1 concurso)

Em 1880, o deputado Rui Barbosa, da Bahia, redigiu, a pedido do presidente do Conselho de Ministros, José Antônio Saraiva, o projeto de lei de reforma eleitoral. Em abril de 1880, o Ministério do Império enviaria o documento à Câmara dos Deputados. Aprovado posteriormente pelo Senado, em janeiro do ano seguinte seria transformado no Decreto n.º 3.029 e ficaria popularmente conhecido como Lei Saraiva. Por intermédio dela, seriam instituídas eleições diretas no país para todos os cargos, à exceção do de regente, amparado pelo Ato Adicional.

Naquela época, o voto não era universal: **para participar do processo eleitoral**, requeriam-se 200 mil réis de renda líquida anual comprovada. Havia, no entanto, a previsão de dispensa de comprovação de rendimentos, que se aplicava a inúmeras autoridades, como, entre outros, ministros, conselheiros de estado, bispos, presidentes de província, deputados, promotores públicos. Praças militares e policiais não podiam alistar-se.

Para candidatar-se, o cidadão, além de não ter sido pronunciado em processo criminal, deveria auferir renda proporcional à importância do cargo pretendido. Deveria, ainda, solicitar por escrito o seu alistamento na paróquia em que fosse domiciliado. Candidatos a vereador e a juiz de paz tinham apenas de comprovar residência no município e no distrito por mais de dois anos; candidatos a deputado provincial, dois anos na província; candidatos a deputado geral, renda anual de 800 mil réis; e candidatos a senador deviam comprovar, além da idade de quarenta anos, a percepção de renda anual de um milhão e seiscentos mil réis.

Uma modificação digna de nota é que, a partir daquela década, os trabalhos eleitorais não seriam mais precedidos de cerimônias religiosas, como era habitual antes da edição da Lei Saraiva. Refletindo a relação entre o Estado e a Igreja, já havia ocorrido que algumas eleições

fossem realizadas em templos religiosos; a partir da lei, apenas na falta de outros edifícios os pleitos poderiam ser realizados em igrejas, muito embora fosse possível afixar nelas — como locais públicos que eram — editais informando eliminações, inclusões e alterações nos alistamentos.

**Títulos eleitorais: 1881-2008.** Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2009, p. 11-2. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações).

**33)** Caso a vírgula que sucede o vocábulo “eleitoral” fosse suprimida, o sentido do texto seria preservado, mas não a sua correção gramatical.

( ) CERTO ( ) ERRADO

**CESPE - TJ TRE GO/Administrativa/"Sem Especialidade"/2015 (e mais 1 concurso)**

Em 1880, o deputado Rui Barbosa, da Bahia, redigiu, a pedido do presidente do Conselho de Ministros, José Antônio Saraiva, o projeto de lei de reforma eleitoral. Em abril de 1880, o Ministério do Império enviaria o documento à Câmara dos Deputados. Aprovado posteriormente pelo Senado, em janeiro do ano seguinte seria transformado no Decreto n.º 3.029 e ficaria popularmente conhecido como Lei Saraiva. Por intermédio dela, seriam instituídas eleições diretas no país para todos os cargos, à exceção do de regente, amparado pelo Ato Adicional.

Naquela época, o voto não era universal: para participar do processo eleitoral, requeriam-se 200 mil réis de renda líquida anual comprovada. Havia, no entanto, a previsão de dispensa de comprovação de rendimentos, que se aplicava a inúmeras autoridades, como, entre outros, ministros, conselheiros de estado, bispos, presidentes de província, deputados, promotores públicos. Praças militares e policiais não podiam alistar-se.

Para candidatar-se, o cidadão, além de não ter sido pronunciado em processo criminal, deveria auferir renda proporcional à importância do cargo pretendido. Deveria, ainda, solicitar por escrito o seu alistamento na paróquia em que fosse domiciliado. Candidatos a vereador e a juiz de paz tinham apenas de comprovar residência no município e no distrito por mais de dois anos; candidatos a deputado **provincial**, dois anos na província; candidatos a deputado **geral**, renda anual de 800 mil réis; e candidatos a senador deviam comprovar, além da idade de quarenta anos, a percepção de renda anual de um milhão e seiscentos mil réis.

Uma modificação digna de nota é que, a partir daquela década, os trabalhos eleitorais não seriam mais precedidos de cerimônias religiosas, como era habitual antes da edição da Lei Saraiva. Refletindo a relação entre o Estado e a Igreja, já havia ocorrido que algumas eleições fossem realizadas em templos religiosos; a partir da lei, apenas na falta de outros edifícios os pleitos poderiam ser realizados em igrejas, muito embora fosse possível afixar nelas — como locais públicos que eram — editais informando eliminações, inclusões e alterações nos alistamentos.



**Títulos eleitorais: 1881-2008.** Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2009, p. 11-2. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações).

**34)** Com relação às estruturas linguísticas do texto, julgue o item seguinte.

Nas linhas 11 e 12, as vírgulas empregadas após os vocábulos “provincial” e “geral” evitam a repetição da expressão “tinham apenas de comprovar”, já expressa na linha 11.

( ) CERTO ( ) ERRADO

**CESPE - TJ TRE GO/Administrativa/"Sem Especialidade"/2015 (e mais 1 concurso)**

O Decreto n.º 1 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, primeiro Código Eleitoral pátrio, instituiu a justiça eleitoral no Brasil, com funções contenciosas e administrativas. Eram seus órgãos: um Tribunal Superior (de justiça eleitoral — o decreto não menciona justiça eleitoral), na capital da República; um tribunal regional, na capital de cada estado, no DF e na sede do governo do território do Acre, além de juízes eleitorais nas comarcas e nos distritos. O Tribunal Superior — de justiça eleitoral — com jurisdição em todo o território nacional, compunha-se de oito membros efetivos e oito substitutos, e era presidido pelo vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). A ele se somavam dois membros efetivos e dois substitutos, sorteados dentre os ministros do STF, além de dois efetivos e dois substitutos, sorteados dentre os desembargadores da Corte de Apelação do DF. Por fim, integravam a Corte três membros efetivos e quatro substitutos, escolhidos pelo chefe do governo provisório dentre quinze **cidadãos**, indicados pelo STF, desde que atendessem aos requisitos de notável saber jurídico e idoneidade moral.

Dentre seus membros, elegia o Tribunal Superior, em escrutínio secreto, por meio de cédulas com o nome do juiz e a designação do cargo, um vice-presidente e um procurador para exercer as funções do Ministério Público, tendo este último a denominação de procurador-geral da justiça eleitoral. Em relação a esse cargo, nota-se uma peculiaridade, à época da criação do Tribunal Superior: o procurador-geral da justiça eleitoral não era o procurador-geral da República, mas sim um membro do próprio tribunal.

**As formas de composição do TSE: de 1932 aos dias atuais.** Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2008, p. 11. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações).

Com referência às estruturas linguísticas do texto, julgue o item a seguir.

**35)** Caso a vírgula que sucede o nome “cidadãos” fosse suprimida, a correção gramatical do texto seria mantida.

( ) CERTO ( ) ERRADO

CESPE - Tec (FUB)/Laboratório/Biologia/2015 (e mais 9 concursos)

Estação do ano mais aguardada pelos brasileiros, o verão não é sinônimo apenas de praia, corpos à mostra e pele bronzeada. O calor extremo provocado por massas de ar quente — fenômeno comum nessa época do ano, mas acentuado na última década pelas mudanças climáticas — traz desconfortos e riscos à saúde. Não se trata somente de desidratação e insolação. Um estudo da Faculdade de Saúde Pública de Harvard (EUA), **o maior a respeito do tema feito até o momento**, mostrou que as temperaturas altas aumentam hospitalizações por falência renal, infecções do trato urinário e até mesmo sepse, entre outras enfermidades. “Embora tenhamos feito o estudo apenas nos EUA, as ondas de calor são um fenômeno mundial. Portanto, os resultados podem ser considerados universais”, diz Francesca Dominici, professora de bioestatística da faculdade e principal autora do estudo, publicado no jornal Jama, da Associação Médica dos Estados Unidos.

No Brasil, não há estudos específicos que associem as ondas de calor a tipos de internações. “Não é só aí. No mundo todo, há pouquíssimas investigações a respeito dessa relação”, afirma Dominici. “Precisamos que os colegas de outras partes do planeta façam pesquisas semelhantes para compreendermos melhor essa importante questão para a saúde pública”, observa.

*Internet: <www.correioweb.com.br> (com adaptações).*

Com relação às ideias e às estruturas do texto acima, julgue o item que se segue.

**36)** O emprego da vírgula após “momento” (l.4) explica-se por isolar o adjunto adverbial, que está anteposto ao verbo, ou seja, deslocado de sua posição padrão.

( ) CERTO ( ) ERRADO

CESPE - APF (DEPEN)/Área 1/2015 (e mais 7 concursos)

Os condenados no Brasil são originários, na maioria das vezes, das classes menos favorecidas da sociedade. Esses indivíduos, desde a mais tenra infância, são pressionados e oprimidos pela sociedade, vivem nas favelas, nos morros, nas regiões mais pobres, em precárias condições de vida, em meio ao esgoto, à discriminação social, à completa ausência de informações e de escolarização.

Sem o repertório de uma mínima formação educacional e social, o preso, mesmo antes de se tornar um delinquente, já ocupa uma posição social inferior.

O regime penitenciário deve empregar os meios curativos, educativos, morais, espirituais, e todas as formas de assistência de que possa dispor com o intuito de reduzir o máximo possível

as condições que enfraquecem o sentido de responsabilidade do recluso, o respeito à dignidade de sua pessoa e a sua capacidade de readaptação social.

Julgue o próximo item, relativo às ideias e às estruturas linguísticas do texto.

**37)** O segmento “na maioria das vezes” está entre vírgulas porque constitui expressão de natureza explicativa.

(   ) CERTO   (   ) ERRADO

**CESPE - AUFC/Controle Externo/Auditoria Governamental/2015 (e mais 1 concurso)**

Os tribunais de contas, de modo geral, são acionados pelo cidadão por meio de denúncias.

Quando o caso que der origem à denúncia envolver dinheiro federal, a denúncia deve ser feita ao TCU, que possui unidades em cada um dos estados do Brasil. As irregularidades que envolvam recursos públicos estaduais ou municipais devem ser levadas ao conhecimento do tribunal de contas do estado ou do município correspondente.

A denúncia deve ser apresentada, pessoalmente ou por via postal, no edifício sede, em Brasília, ou nas secretarias do TCU localizadas nos estados. Em caso de urgência, a denúncia poderá ser encaminhada ao TCU por telegrama, fac-símile (fax) ou outro meio eletrônico, sempre com confirmação de recebimento e posterior remessa da documentação original em dez dias, contados a partir da data da confirmação do recebimento.

A denúncia será dirigida ao ministro-presidente do TCU. Deverá conter relato detalhado dos fatos irregulares com o maior número possível de informações e de documentos (quando houver), de modo a proporcionar ao tribunal os elementos mínimos necessários à realização do trabalho de fiscalização.

Brasil. Tribunal de Contas da União. **Orientações para conselheiros de saúde**. 2.<sup>a</sup> ed. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Saúde, 2015, p. 10. Internet: <<http://portal3.tcu.gov.br>> (com adaptações).

Em relação ao texto acima apresentado, julgue o item que se segue.

**38)** O emprego das vírgulas no primeiro período do segundo parágrafo do texto justifica-se por regras distintas.

(   ) CERTO   (   ) ERRADO

**Texto I**

Anísio Spínola Teixeira nasceu no dia 12 de julho de 1900, em Caetité – BA, onde passou os primeiros anos de vida sob os cuidados da mãe, Anna Spínola Teixeira.

O pai, Deocleciano Pires Teixeira, sonhava que o filho fosse político e o mandou estudar no Rio de Janeiro. Anísio diplomou-se na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1922.

Como educador, Teixeira viajou para a Europa e os Estados Unidos da América para observar os sistemas escolares. No Brasil, defendeu o conceito de escola única, pública e gratuita como forma de garantir a democracia e foi o primeiro a tratar a educação com base filosófica.

Instituiu na Bahia, em 1950, a primeira escola-parque, que procurava oferecer à criança uma escola integral, que cuidasse da alimentação, da higiene, da socialização, além do preparo para o trabalho. Nas escolas-parques, os alunos ainda tinham contato com as artes plásticas. Naquela época, essas aulas eram orientadas por profissionais de renome, como Caribé e Mário Cravo.

Sempre brigou pela democracia na educação. Publicou vários livros defendendo a educação e a cultura para todos. Foi um dos fundadores da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Universidade de Brasília (UnB), da qual foi reitor em 1963.

Candidatou-se à Academia Brasileira de Letras, em 1971, mas faleceu antes da eleição, ao cair no poço do elevador de seu prédio, em 11 de março de 1971, quando saía para visitar Aurélio Buarque de Holanda.

*Internet: <[www.unb.br](http://www.unb.br)> (com adaptações).*

**39)** Com base nas ideias e estruturas linguísticas do **texto I**, julgue o item subsecutivo.

No primeiro período do quarto parágrafo, feitos os devidos ajustes de pontuação, o deslocamento da expressão “em 1950” para o final do período preservaria a correção do texto, mas acarretar-lhe-ia ambiguidade.

( ) CERTO ( ) ERRADO

O surgimento da Internet remonta à década de 60 do século passado, em um projeto do governo norte-americano no combate à guerra, pelo qual as comunicações

intragovernamentais passaram a ser internalizadas, para evitar a publicação de dados relevantes à segurança nacional.

Posteriormente, na década de 70, foi criado o protocolo Internet, que permitiu a comunicação entre os seus poucos usuários até então, uma vez que ela ainda estava restrita aos centros de pesquisa dos Estados Unidos da América.

Na década de 80, foi ampliado o uso da Internet para a forma comercial e, finalmente, na década de 90, a Internet alcançou o seu auge, pois atingiu praticamente todos os meios de comunicação. O histórico dos crimes cibernéticos, por sua vez, remonta à década de 70, quando, pela primeira vez, foi definido o termo hacker, como sendo aquele indivíduo que, dotado de conhecimentos técnicos, promove a invasão de sistemas operacionais privados e a difusão de pragas virtuais.

Artur Barbosa da Silveira. **Os crimes cibernéticos e a Lei n.º 12.737/2012**. In: Internet: <www.conteudojuridico.com.br> (com adaptações).

Julgue o item que se segue, acerca das ideias, das estruturas linguísticas e da tipologia do texto.

**40)** Mantêm-se a correção gramatical e o sentido original do período ao se substituir a expressão “uma vez que” por qualquer um dos seguintes termos: porque, já que, pois, por conseguinte.

( ) CERTO ( ) ERRADO

[CESPE - AJ TRE GO/Administrativa/2015 \(e mais 1 concurso\)](#)

## Texto II

Segundo a Constituição Federal, todo poder emana do povo e por ele será exercido, quer de maneira direta, quer por intermédio de representantes eleitos. Essa afirmação, dentro do espírito do texto constitucional, deve ser interpretada como verdadeiro dogma estabelecido pelo constituinte originário, mormente quando nos debruçamos sobre o cenário político dos anos anteriores à eleição dos membros que comporiam a Assembleia Constituinte que resultou na Carta de 1988.

Em expedita sinopse, é possível perceber que, após longo período de repressão à manifestação do pensamento, o povo brasileiro ansiava por exercer o direito de eleger os seus representantes com o objetivo de participar direta ou indiretamente da formação da vontade política da nação.

Dentro desse contexto, impende destacar que os movimentos populares que ocorreram a partir do ano de 1984, que deram margem ao início do processo de elaboração da nova Carta, deixaram transparecer de maneira cristalina aos então governantes que o coração da nação brasileira estava palpitante, quase que exageradamente acelerado, tendo em vista a possibilidade de se recuperar o exercício do poder, cujo titular, por longo lapso, deixou de ser escolhido pelo povo brasileiro.

Em meio a esse cenário, foi elaborado o texto constitucional, que, desde então, recebeu a denominação de Constituição Cidadã. O art. 14 desse texto confere ênfase à titularidade do poder para ressaltar que “A soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual a todos”, deixando transparecer que a intenção da Lei Maior é fazer que o povo exerça efetivamente o seu direito de participar da formação da vontade política.

*Fernando Marques Sá. **Desaprovação das contas de campanha do candidato – avanço da legislação para as eleições de 2014.** In: **Estudos Eleitorais**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral. Vol. 9, n.o 2, 2014, p. 52-3. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações).*

*Com referência às estruturas linguísticas do texto II, julgue o próximo item.*

**41)** As formas verbais “ocorreram” (l.8), “deram” (l.8) e “deixaram transparecer” (l.9) estão ligadas ao mesmo termo, que, nos dois primeiros casos, é retomado pelo pronome “que”: “os movimentos populares” (l.8).

**( ) CERTO ( ) ERRADO**

#### **CESPE - Tec (FUB)/Laboratório/Biologia/2015 (e mais 9 concursos)**

“O preconceito linguístico é um equívoco, e tão nocivo quanto os outros. Segundo Marcos Bagno, especialista no assunto, dizer que o brasileiro não sabe português é um dos mitos que compõem o preconceito mais presente na cultura brasileira: o linguístico”.

A redação acima poderia ter sido extraída do editorial de uma revista, mas é parte do texto **O oxente e o ok**, primeiro lugar na categoria opinião da 4.ª Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro, realizada pelo Ministério da Educação em parceria com a Fundação Itaú Social e o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC).

A autora do artigo é estudante do 2.º ano do ensino médio em uma escola estadual do Ceará, e foi premiada ao lado de outros dezenove alunos de escolas públicas brasileiras, durante um evento em Brasília, no último mês de dezembro. Como nos três anos anteriores, vinte alunos foram vencedores — cinco em cada gênero trabalhado pelo projeto. Além de opinião (2.º e 3.º anos do ensino médio), a olimpíada destacou produções em crônica (9.º ano do ensino

fundamental), poema (5.º e 6.º anos) e memória (7.º e 8.º anos). Tudo regido por um só tema: “O lugar em que vivo”.

**Língua Portuguesa**, 1/2015. Internet: <[www.revistalingua.uol.com.br](http://www.revistalingua.uol.com.br)> (com adaptações).

No que se refere aos sentidos, à estrutura textual e aos aspectos gramaticais do texto, julgue o item a seguir.

**42)** O elemento coesivo “mas” (l.3) inicia uma oração coordenada que exprime a ideia de concessão em uma sequência de fatos.

(   ) CERTO   (   ) ERRADO

#### **CESPE - TEFC/Apoio Técnico e Administrativo/Técnica Administrativa/2015**

Nas sociedades antigas, tanto as leis quanto os códigos eram considerados expressões da vontade divina, revelada mediante a imposição de legisladores que dispunham de privilégios dinásticos e de uma legitimidade garantida pela casa sacerdotal. As leis eram objeto de respeito e veneração, e, por serem asseguradas por sanções sobrenaturais, dificilmente o homem primitivo questionava sua validade e sua aplicabilidade. Escreve H. Summer Maine que algumas experiências societárias, ao permitirem o declínio do poder real e o enfraquecimento de monarcas hereditários, acabaram por favorecer a emergência de aristocracias, depositárias da produção legislativa, com capacidade de julgar e de resolver conflitos. Aquele momento inicial de um direito sagrado e ritualizado, expressão das divindades, desenvolveu-se na direção de práticas normativas consuetudinárias. À época do direito consuetudinário, longo período em que não se conheceu a invenção da escrita, uma casta, ou aristocracia, investida do poder judicial, era o único meio que poderia conservar, com algum rigor, os costumes da raça ou da tribo. O costume aparece como expressão da legalidade, de forma lenta e espontânea, instrumentalizada pela repetição de atos, usos e práticas.

A invenção e a difusão da técnica da escritura, somadas à compilação de costumes tradicionais, proporcionaram os primeiros códigos da Antiguidade, como o de Hamurábi, o de Manu, o de Sólon e a Lei das XII Tábuas. Constata-se, **destarte**, que os textos legislados e escritos eram melhores depositários do direito e meios mais eficazes para conservá-lo que a memória de certo número de pessoas, por mais força que tivessem em função de seu constante exercício. Esse direito antigo, tanto no Oriente quanto no Ocidente, não diferenciava, na essência, prescrições civis, religiosas e morais. Somente em tempos mais avançados da civilização é que se começou a distinguir o direito da moral e a religião do direito. Certamente, de todos os povos antigos, foi com os romanos que o direito avançou para uma autonomia diante da religião e da moral.

Antônio C. Walker. **O direito nas sociedades primitivas**. In: Antônio C. Walker (Org.) **Fundamentos de história do direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 19-20 (com adaptações).

**43)** Com relação a aspectos linguísticos do texto, julgue o item.

Sem prejuízo do sentido do texto, o termo “destarte” poderia ser substituído por **contudo** ou **todavia**.

( ) CERTO ( ) ERRADO

**CESPE - AJ TRE GO/Administrativa/2015 (e mais 1 concurso)**

**Texto II**

Segundo a Constituição Federal, todo poder emana do povo e por ele será exercido, quer de maneira direta, quer por intermédio de representantes eleitos. Essa afirmação, dentro do espírito do texto constitucional, deve ser interpretada como verdadeiro dogma estabelecido pelo constituinte originário, mormente quando nos debruçamos sobre o cenário político dos anos anteriores à eleição dos membros que comporiam a Assembleia Constituinte que resultou na Carta de 1988.

Em expedita sinopse, é possível perceber que, após longo período de repressão à manifestação do pensamento, o povo brasileiro ansiava por exercer o direito de eleger os seus representantes com o objetivo de participar direta ou indiretamente da formação da vontade política da nação.

Dentro desse contexto, impende destacar que os movimentos populares que ocorreram a partir do ano de 1984, que deram margem ao início do processo de elaboração da nova Carta, deixaram transparecer de maneira cristalina aos então governantes que o coração da nação brasileira estava palpitante, quase que exageradamente acelerado, tendo em vista a possibilidade de se recuperar o exercício do poder, cujo titular, por longo lapso, deixou de ser escolhido pelo povo brasileiro.

Em meio a esse cenário, foi elaborado o texto constitucional, que, desde então, recebeu a denominação de Constituição Cidadã. O art. 14 desse texto confere ênfase à titularidade do poder para ressaltar que “A soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual a todos”, deixando transparecer que a intenção da Lei Maior é fazer que o povo exerça efetivamente o seu direito de participar da formação da vontade política.

*Fernando Marques Sá. **Desaprovação das contas de campanha do candidato – avanço da legislação para as eleições de 2014.** In: **Estudos Eleitorais**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral. Vol. 9, n.o 2, 2014, p. 52-3. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações).*

Com referência às estruturas linguísticas do texto II, julgue o próximo item.



**44)** A substituição da expressão “mormente” (l.3) por sobretudo manteria a correção e o sentido do texto.

( ) CERTO ( ) ERRADO

**CESPE - Tec MPU/Apoio Técnico e Administrativo/Segurança Institucional e Transporte/2015**

A partir de uma ação do Ministério Público Federal (MPF), o Tribunal Regional Federal da 2.a Região (TRF2) determinou que a Google Brasil retirasse, em até 72 horas, 15 vídeos do YouTube que disseminam o preconceito, a intolerância e a discriminação a religiões de matriz africana, e fixou multa diária de R\$ 50.000,00 em caso de descumprimento da ordem judicial. Na ação civil pública, a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC/RJ) alegou que a Constituição garante aos cidadãos não apenas a obrigação do Estado em respeitar as liberdades, mas também a obrigação de zelar para que elas sejam respeitadas pelas pessoas em suas relações recíprocas.

Para a PRDC/RJ, somente a imediata exclusão dos vídeos da Internet restauraria a dignidade de tratamento, que, nesse caso, foi negada às religiões de matrizes africanas. Corroborando a visão do MPF, o TRF2 entendeu que a veiculação de vídeos potencialmente ofensivos e fomentadores do ódio, da discriminação e da intolerância contra religiões de matrizes africanas não corresponde ao legítimo exercício do direito à liberdade de expressão. O tribunal considerou que a liberdade de expressão não se pode traduzir em desrespeito à diferentes manifestações dessa mesma liberdade, pois ela encontra limites no próprio exercício de outros direitos fundamentais.

Internet: <<http://ibde.org.br>> (com adaptações).

A respeito das ideias e das estruturas linguísticas do texto, julgue o item subsequente.

**45)** Altera-se totalmente a informação original do período ao se substituir a palavra “Corroborando” por **Confirmando**.

( ) CERTO ( ) ERRADO

**CESPE - Aud Gov (CGE PI)/Geral/2015 (e mais 2 concursos)**

**Texto I**

Talvez o distinto leitor ou a irresistível leitora sejam naturais, caso em que me apresso a esclarecer que nada tenho contra os naturais, antes pelo contrário. Na verdade, alguns dos meus melhores amigos são naturais. Como, por exemplo, o festejadíssimo cineasta patricio Geraldo Sarno, que é baiano e é natural — pois neste mundo as combinações mais loucas são possíveis. Certa feita, estava eu a trabalhar em sua ilustre companhia quando ele me convidou para almoçar (os cineastas, tradicionalmente, têm bastante mais dinheiro do que os escritores;

deve ser porque se queixam muito melhor). Aceito o convite, ele me leva a um restaurante que, apesar de simpático, me pareceu um pouco estranho. Por que a maior parte das pessoas comia com ar religioso e contrito? Que prato seria aquele que, olhos revirados para cima, mastigação estoica, e expressão de quem cumpria dever penosíssimo, um casal comia, entre goles de uma substância esverdeada e viscosa que lentamente se decantava — para grande prejuízo de sua já emética aparência — numa jarra suspeitosa? Logo fui esclarecido, quando meu companheiro e anfitrião, os olhos cintilantes e arregalados, me anunciou:

— Surpresa! Vais comer um almoço natural!

João Ubaldo Ribeiro. *A vida natural*. In: *Arte e ciência de roubar galinha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

**46)** Acerca das ideias e das estruturas linguísticas do texto I, julgue o item a seguir.

O adjetivo “estoica” (l.7) contraria, em termos semânticos, o “ar religioso e contrito” (l.6) das pessoas no restaurante.

(   ) CERTO   (   ) ERRADO

#### CESPE - Diplomata/2015

O subúrbio de S. Geraldo, no ano de 192..., já misturava ao cheiro de estrebaria algum progresso. Quanto mais fábricas se abriam nos arredores, mais o subúrbio se erguia em vida própria, sem que os habitantes pudessem dizer que transformação os atingia. Os movimentos já se haviam congestionado e não se poderia atravessar uma rua sem desviar-se de uma carroça que os cavalos vagarosos puxavam, enquanto um automóvel impaciente buzina atrás lançando fumaça. Mesmo os crepúsculos eram agora enfumaçados e sanguinolentos. De manhã, entre os caminhões que pediam passagem para a nova usina, transportando madeira e ferro, as cestas de peixe se espalhavam pela calçada, vindas, através da noite, de centros maiores. Dos sobrados desciam mulheres despenteadas com panelas, os peixes eram pesados quase na mão, enquanto os vendedores em mangas de camisa gritavam os preços. E quando, sobre o alegre movimento da manhã, soprava o vento fresco e perturbador, dir-se-ia que a população inteira se preparava para um embarque.

Clarice Lispector. *A cidade sitiada*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 15-6.

Com referência às ideias e às estruturas do texto acima, julgue (C ou E) o item que se segue.

**47)** Os segmentos “um automóvel impaciente buzina” e “entre os caminhões que pediam passagem” expressam a mesma figura de linguagem.

(   ) CERTO   (   ) ERRADO

#### CESPE - Tec MPU/Apoio Técnico e Administrativo/Segurança Institucional e Transporte/2015

Segundo a doutrina nacional, os crimes cibernéticos (também chamados de eletrônicos ou virtuais) dividem-se em puros (ou próprios) ou impuros (ou impróprios). Os primeiros são os praticados por meio de computadores e se realizam ou se consomem também em meio eletrônico. Os impuros ou impróprios são aqueles em que o agente se vale do computador como meio para produzir resultado que ameaça ou lesa outros bens, diferentes daqueles da informática.

É importante destacar que o art. 154-A do Código Penal (Lei n.º 12.737/2012) trouxe para o ordenamento jurídico o crime novo de “invasão de dispositivo informático”, que consiste na conduta de invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo, ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita. Quanto à culpabilidade, a conduta criminosa do delito cibernético caracteriza-se somente pelo dolo, não havendo a previsão legal da conduta na forma culposa.

Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto, julgue o item a seguir.

**48)** Depreende-se das informações do texto que, nos crimes cibernéticos chamados impuros ou impróprios, o resultado extrapola o universo virtual e atinge bens materiais alheios à informática.

( ) CERTO ( ) ERRADO

Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto, julgue o item a seguir.

**49)** Infere-se dos fatos apresentados no texto que a consideração de crime para os delitos cibernéticos foi determinada há várias décadas, desde o surgimento da Internet.

( ) CERTO ( ) ERRADO

[CESPE - AJ TRE GO/Administrativa/2015 \(e mais 1 concurso\)](#)

#### **Texto I**

Os primeiros anos que se seguiram à Proclamação da República foram de grandes incertezas quanto aos trilhos que a nova forma de governo deveria seguir. Em uma rápida olhada, identificam-se dois grupos que defendiam diferentes formas de se exercer o poder da República: os civis e os militares. Os civis, representados pelas elites das principais províncias — São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul —, queriam uma república federativa que desse muita autonomia às unidades regionais. Os militares, por outro lado, defendiam um Poder Executivo forte e se opunham à autonomia buscada pelos civis. Isso sem

mentonar as acirradas disputas internas de cada grupo. Esse era um quadro que demonstrava a grande instabilidade sentida pelos cidadãos que viveram naqueles anos. Mas havia cidadãos?

Formalmente, a Constituição de 1891 definia como cidadãos os brasileiros natos e, em regra, os naturalizados. Podiam votar os cidadãos com mais de vinte e um anos de idade que tivessem se alistado conforme determinação legal. Mas o que, exatamente, significava isso? Em 1894, na primeira eleição para presidente da República, votaram 2,2% da população. Tudo indica que, apesar de a República ter abolido o critério censitário e adotado o voto direto, a participação popular continuou sendo muito baixa em virtude, principalmente, da proibição do voto dos analfabetos e das mulheres.

No que se refere à legislação eleitoral, alguns instrumentos legais vieram a público, mas nenhum deles alterou profundamente o processo eleitoral da época. As principais alterações promovidas na legislação contemplaram o fim do voto censitário e a manutenção do voto direto. Essas modificações, embora importantes, tiveram pouca repercussão prática, já que o voto ainda era restrito — analfabetos e mulheres não votavam — e o processo eleitoral continuava permeado por toda sorte de fraudes.

*Ane Ferrari Ramos Cajado, Thiago Dornelles e Amanda Camylla Pereira. **Eleições no Brasil: uma história de 500 anos**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014, p. 27-8. Internet: <[www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br)> (com adaptações).*

**50)** De acordo com as ideias veiculadas no texto I, os instrumentos legais acerca da legislação eleitoral que surgiram logo após a promulgação da Constituição de 1891 tinham os objetivos de ampliar a parcela votante da população e diminuir as fraudes ocorridas durante o processo eleitoral, mas fracassaram nesses aspectos.

( ) CERTO ( ) ERRADO

#### Gabarito

- 01) C
- 02) C
- 03) E
- 04) E
- 05) E
- 06) E
- 07) C
- 08) E
- 09) C
- 10) E
- 11) C
- 12) C
- 13) C

- 14) C
- 15) C
- 16) E
- 17) E
- 18) E
- 19) C
- 20) E
- 21) C
- 22) E
- 23) C
- 24) E
- 25) C
- 26) C
- 27) E
- 28) C
- 29) E
- 30) E
- 31) E
- 32) C
- 33) C
- 34) C
- 35) C
- 36) E
- 37) E
- 38) C
- 39) C
- 40) E
- 41) E
- 42) E
- 43) E
- 44) C
- 45) C
- 46) E
- 47) C
- 48) C
- 49) E
- 50) E